

# Brasil busca acordo provisório

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

O Brasil não está interessado, neste momento, em fechar um acordo plurianual de reescalonamento da sua dívida externa, porque o País precisa acompanhar com mais calma as rápidas mudanças de conjuntura da economia mundial, para depois pensar em fechar um acordo mais longo.

A idéia foi defendida ontem pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, acrescentando que o Brasil negociará, a partir do início do próximo mês, um acordo provisório com os bancos credores num prazo mínimo de seis meses.

Funaro disse que a prorrogação por apenas mais três meses — como alguns bancos estrangeiros estão cogitando — “é muito pequena e inadequada às necessidades do Brasil”. Ele observou que acordos de três meses são feitos em casos de países que estão nas vésperas de fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que não é o caso do Brasil. “Nós vamos tentar negociar um acordo provisório com os bancos sem nos preocuparmos em fechar com o Fundo”, afirmou — porém ressaltou que não descartou integralmente a possibilidade de chegar a um acordo com o FMI.

O ministro falou sobre dívida externa em uma entrevista coletiva, convocada para apresentar os resul-

tados de sua recente viagem aos Estados Unidos, onde se encontrou com o secretário do Tesouro daquele país, James Backer III, com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, além de outras autoridades.

Sobre o final da condicionalidade de um fechamento de um acordo com o FMI para o Brasil entender-se com os bancos credores, Funaro ressaltou que os sinais recebidos em Washington, principalmente por James Backer, “não significam o final da participação do Fundo Monetário nas negociações da dívida externa do Brasil e de qualquer outro país”. O ministro observou que foi dado um passo adiante, com o surgimento concreto de o Brasil poder fechar um acordo com os bancos sem o FMI.

Funaro ressaltou que deixou claro aos seus interlocutores em Washington que “o Brasil não pode continuar pagando pelos desacertos da economia norte-americana”. O ministro disse que defendeu a necessidade de uma queda nas taxas de juros internacionais, para que o Brasil e o restante dos países devedores possam ser aliviados e retomar seus processos de crescimento. Segundo Funaro, “qualquer aumento das taxas comprometeria o equilíbrio da economia brasileira para 1986 e a retomada do crescimento”. A próxima etapa das conversações com o fundo, segundo Funaro, será a apresentação do programa de ajustamento para o próximo ano.